

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

TIPO/Nº: PLE 37/2024

AUTOR: Executiva Municipal

RELATOR: Julio Lamim

DATA: 10 / 06 /2024 Presidente: Paulo Roldão

RELATOR

PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA: ☒ SIM () NÃO
VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO: () SIM () NÃO

DATA: 12 / 06 /2024

Relator: Julio Lamim

() O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

() O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Relator _____ em ____/____/2024

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

Vereadora Laurinha (<input checked="" type="checkbox"/>) ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL <u>Paulo Roldão</u> Presidente	Vereador Paulo Roldão () ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL _____ Vice-Presidente
Vereador Rovam Castro () ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL _____ Secretário	Vereador Júlio Lamim (<input checked="" type="checkbox"/>) ADMISSÍVEL () INADMISSÍVEL <u>Julio Lamim</u> Membro

Vereador Julio Cesar Pereira da Silva

(☒) ADMISSÍVEL
() INADMISSÍVEL

Julio Cesar Pereira da Silva
Membro

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

(☒) ADMISSIBILIDADE
() INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, 17 de Junho de 2024.

Paulo Roldão
Presidente



PARECER JURÍDICO

**EMENTA: PARECER AO PROJETO DE LEI
DO EXECUTIVO 037/2024.**

Para análise desta Consultoria o Projeto de Lei nº 037/2024 de autoria do Executivo.

Analisando o processo epigrafado, verifica-se, que o Executivo tem por escopo: **“Institui o programa municipal para o desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal, e dá outras providências”**, encontra-se amparado pelo artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que permite aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

Conclusão:

Diante do exposto, considerando a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Procuradoria opina pela legalidade e regular tramitação do PLE nº 037/2024, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário.

Rio grande, 14 de junho de 2024.

Daniel Costa Vitoria